

**INTERVENÇÃO DE S.E. A MINISTRA DA JUSTIÇA,  
RITA ALARCÃO JÚDICE, NA AUDIÇÃO DA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS  
AR | 27.09.24**

Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias,

Senhoras e Senhores Deputados,

Gostava de começar por agradecer a oportunidade para estar nesta 1ª Comissão, que considero ser um local privilegiado e apropriado para falar dos assuntos da Justiça.

É com muito gosto e interesse que as Senhoras Secretárias de Estado e eu própria aqui vimos prestar contas.

Passaram cinco meses desde que entrámos no Ministério da Justiça e, até agora, trabalho não nos tem faltado.

Quisemos começar por cumprir o Programa do Governo, reforçando a luta contra a corrupção, o que resultou num documento para o qual todos os Grupos parlamentares contribuíram.

Considero mesmo termos seguido uma metodologia exemplar em matéria de cooperação entre o Governo e o Parlamento e devo uma palavra de agradecimento ao empenho de todos os Partidos aqui representados.

A Agenda Anticorrupção, aprovada a 20 de junho pelo Conselho de Ministros, contemplando 32 medidas, está em execução.

Não foi, ao contrário do que muitos diziam, uma lista de intenções vagas, ou um *powerpoint*. O relatório técnico que publicámos mostra bem que se tratou de uma reflexão aprofundada.

Depois de termos submetido a Agenda Anticorrupção a consulta pública, que terminou a 12 de agosto, faço questão de trazer a esta Comissão, um primeiro balanço do que nos propusemos fazer:

- ✓ Pouco depois de entrar em funções, o *Governo deu o exemplo* e aprovou o seu Código de Conduta. Está em curso a operacionalização de um canal de denúncias comum a todo o Governo e a adoção de um plano de prevenção de riscos.
- ✓ O grupo de trabalho para preparar o novo regime jurídico da perda de vantagens da atividade criminosa está criado. Vai ser presidido pelo Professor Pedro Caeiro da Universidade de Coimbra, e conta com a participação de académicos, magistrados e advogados;
- ✓ A Comissão para a Revisão do Processo e Procedimento Tributário e das Garantias dos Contribuintes está criada e a trabalhar;
- ✓ O diploma que vem generalizar a venda judicial em leilão eletrónico está em fase de redação final;
- ✓ O concurso para o desenvolvimento da Plataforma para a Recuperação e Gestão de Ativos da Justiça já foi lançado;
- ✓ A Portaria que regulamente tramitação eletrónica da fase de inquérito está em audições;



- ✓ O novo plano de formação do Centro de Estudos Judiciários para o ano 2024-2025 já inclui conteúdos sobre a investigação da corrupção e da criminalidade económico-financeira.
- ✓ Também já inclui formação sobre a gestão de processos de especial complexidade;
- ✓ As novas funcionalidades no Portal BASE e do Portal Nacional de Fornecedores do Estado estão em desenvolvimento;
- ✓ O Ministério da Educação tem em curso a aprovação de conteúdos curriculares de educação para a cidadania sobre a ética e a prevenção da corrupção.

Além da agenda que tínhamos definido, foram surgindo problemas urgentes e pendentes que exigiram atenção imediata.

De nada adiantava começar a construir a casa pelo telhado com grandes reformas e grandes estratégias, se não resolvêssemos, primeiro, os problemas das pessoas, de quem depende o dia-a-dia da Justiça:

- ✓ Nos primeiros 60 dias de funções governativas, abrimos um concurso para a contratação de 108 Oficiais de Justiça.
- ✓ Ao fim de dois meses em funções, chegámos a acordo com o Sindicato dos Funcionários Judiciais - o maior e mais representativo sindicato dos Oficiais de Justiça.



- ✓ O acordo sobre o aumento no Suplemento de Recuperação Processual e a calendarização da revisão do Estatuto Profissional pôs fim a uma greve de 15 meses.
- ✓ Reconhecendo a falta de recursos humanos nos Tribunais e, mais do que isso - olhando para a idade média dos funcionários judiciais - acordámos com o Ministério das Finanças, em agosto, a abertura de um concurso para a contratação de 570 funcionários judiciais.
- ✓ Dir-me-ão: o segundo Sindicato, o SOJ, não aceitou o acordo e manteve a greve parcial. Responderei: Governar não é dar tudo a todos.
- ✓ Processo semelhante tivemos com os Guardas Prisionais, com quem selámos um acordo a 10 de julho para o aumento do suplemento, e este mês acordámos a revisão do modelo de avaliação de desempenho.
- ✓ Decidimos também recrutar 225 guardas prisionais. O procedimento está a seguir os trâmites normais, que, por sabermos serem demorados, estamos a agilizar.
- ✓ Para não me alongar, refiro apenas que fizemos dezenas de reuniões com sindicatos das várias áreas da Justiça, incluindo a área dos Registos. Não fechámos a porta a ninguém.

Enquanto resolvíamos os problemas de quem trabalha na Justiça e no sistema prisional, tivemos que acudir às condições em que as pessoas trabalham.

A Justiça só serve quem dela precisa quando existem edifícios seguros, dignos e funcionais para acolher funcionários, advogados, magistrados.

Tribunais onde chove, audiências em contentores, prisões sem água, instalações inseguras, edifícios degradados, espaços exíguos, falta de acessos, elevadores avariados – de tudo encontrámos.

As portas do Ministério têm estado abertas para os autarcas que sentem mais de perto os problemas da comunidade judicial. Sabem, Senhores Deputados, o que nos trouxeram os quase 20 Presidentes de Câmara recebidos no Ministério?

Promessas de obras, promessas de remodelações, promessas de construção, promessas de investimento e promessas de decisões. Promessas com cinco, sete anos, dez anos que nunca saíram do papel.

Por isso, decidi não fazer mais promessas. Mas estamos a fazer o que podemos para resolver os problemas que herdámos em Coimbra, em Portalegre, em Vila do Conde, em Guimarães, em S. Miguel/Açores, em Penafiel, em Vila Franca de Xira, em Mondim de Basto, em Santa Maria da Feira... sejam honradas.

Esta semana, decidimos investimentos de 28 milhões de euros: 2 milhões de euros em obras de remodelação em Penafiel, 13 milhões de euros para o novo Campus da Justiça de Guimarães e outros 13 milhões de euros para o novo Palácio da Justiça de Vila Franca de Xira. Esperamos lançar o concurso de empreitada para o novo Tribunal da Comarca de Lisboa Norte no próximo mês de outubro.

Em Penafiel e Guimarães, as obras vão começar no início de 2025.

Pedi à Senhora Secretária de Estado da Justiça, aqui presente, que siga pessoalmente o cumprimento de datas do início destas obras, o cumprimento de prazos e de orçamentos.



Gostava de aproveitar esta oportunidade para, muito sucintamente, atualizar as Senhoras e Senhores Deputados sobre a atividade europeia e internacional em que temos sido parte.

Além de todas as reuniões com as instâncias europeias, estive recentemente na reunião do Conselho da Europa onde debatemos, entre outros temas, a criação de um tribunal internacional para julgar os crimes de praticados na invasão da Ucrânia.

No quadro bilateral, tenho trabalhado sobretudo com os homólogos dos países de língua oficial portuguesa, onde temos procurado ajudar a resolver algumas das suas necessidades na área da Justiça.

Aliás, estive recentemente num encontro de Ministros da Justiça dos PALOP e Ibero-americanos onde debatemos a utilização das redes de cooperação judiciária no combate à criminalidade ou a da atividade notarial, por exemplo.

Senhoras e Senhores Deputados,

Sei que nas últimas semanas, por motivos alheios à vontade de todos nós, as prisões passaram para a primeira linha da atenção da opinião pública.

Os factos ocorridos a 7 de setembro são graves, e não vão cair no esquecimento. Mas ainda não os conhecemos por completo. Há investigações em curso, há auditorias no terreno, há equipas novas a rever procedimentos.

Os factos que conhecemos sobre a evasão dos cinco reclusos de Vale de Judeus, e que podemos partilhar, são os que tornei públicos. Resultam do Relatório de Auditoria à Atuação dos Serviços de Vigilância e Segurança, elaborado pela Divisão dos Serviços de Segurança da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Por agora, nada mais há a acrescentar.



Mas em relação ao que o Ministério pode fazer, mesmo sem esperar pelo resultado das investigações, posso informar que:

- ✓ O novo Diretor do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, que tomou posse esta semana, já reviu protocolos, procedimentos e prepara-se para apresentar uma lista de medidas que pretende adotar.
  
- ✓ A Diretora-Geral (em substituição) da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais em pouco mais de 10 dias:
  - i. reuniu-se com os dirigentes dos serviços centrais, dos Estabelecimentos Prisionais, das Direções Regionais de Reinserção, dos Centros Educativos, dos Núcleos de Ação Técnica e Serviços Centrais;
  
  - ii. visitou o Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, entre outros;
  
  - iii. fez o levantamento de necessidades prioritárias e
  
  - iv. reuniu-se com os dirigentes intermédios dos Serviços Centrais da DGRSP onde transmitiu os seus objetivos e as suas prioridades.

Um outro problema a que começámos logo a dar atenção é ao transporte de presos, feitos em viaturas velhas, que avariavam frequentemente. Fizemos um concurso este verão. Cerca de uma dezena de viaturas celulares novas já foram entregues na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais – vão ser distribuídas na próxima semana.

Mas há mais: está a correr um procedimento para a compra de mais 154 viaturas celulares.

Outra informação que gostava de transmitir é que, ao contrário de algumas notícias, nenhum dos 49 Estabelecimentos Prisionais do país está sem direção.

Não posso e nem devo divulgar detalhes de procedimentos de segurança e protocolos entretanto revistos ou reforçados, num contexto que requer reserva. É de prisões que estamos a falar.

O que posso garantir é que estamos a fazer tudo para que nenhum recluso possa evadir-se e colocar em causa a segurança das populações.

Antes mesmo de 7 de setembro a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça e eu própria tínhamos acordado nalgumas visitas a prisões e centros educativos, longe de *cameras* fotográficas e da atenção mediática. Já visitámos várias. Vimos coisas boas e más.

É justo destacar casos de boa organização e de disciplina, de qualidade das instalações, no respeito pelos direitos dos reclusos, mas também de boas práticas de reinserção social:

- O Estabelecimento Prisional da Guarda tem usado a arte para dar sentido à vida dos reclusos através de um projeto de teatro radiofónico.
- Também na Guarda, muitos reclusos decidiram dedicar-se à música e organizam concertos para a comunidade local.
- Em Torres Novas, foi dada formação de agricultura biológica a reclusos que criaram e gerem uma horta biológicas que contribui para alimentar a prisão e as famílias mais carenciadas da comunidade. Esta iniciativa foi premiada internacionalmente e vai ser replicada em Portugal e noutros países.





Outro projeto que concretizámos foi o da integração dos processos clínicos dos reclusos com o seu historial do SNS.

A desmaterialização do processo clínico do recluso iniciada em maio, no EP de Monsanto, já está a ser disseminada por outros estabelecimentos prisionais e centros educativos, com o objetivo de cobertura em todo o sistema até ao final do ano.

Há problemas no sistema prisional? Há e sabemos quais: vão desde a falta de guardas prisionais, ao estado das instalações, ao respeito pelos direitos dos reclusos, à sua reintegração na sociedade.

Como disse, decidi não fazer promessas. Com uma exceção: Trabalhar intensamente para encontrar as melhores soluções para estes problemas, com respeito pela lei, pela ética e pelo dinheiro dos contribuintes.

Senhora Presidente,

Eu e as Senhoras Secretárias de Estado estamos à sua disposição para responder às perguntas que os Senhores Deputados entendam fazer.

Muito obrigada.

***Só faz fé a versão efetivamente dita.***